

A “locomotiva alemã” perde força devido à escassez de nascimentos

“Que este país enfrenta um défice de trabalhadores, é algo conhecido”, afirma o “Frankfurter Allgemeine Zeitung” (“FAZ”). “Agora, novos estudos corroboram mais uma vez o problema: Atualmente, a Alemanha é o país com a menor taxa de nascimentos em todo o mundo”. O diário alemão refere-se aos recentes estudos levados a cabo pela empresa consultora The Boston Consulting Group (BCG) e pelo Instituto Internacional de Economia de Hamburgo (HWWI).

Ambos os estudos advertem para as consequências desta mudança demográfica na situação económica da Alemanha. “O ponto central é este: a digitalização e o *networking* na produção não podem travar o que virá a acontecer na Alemanha nas próximas duas décadas: uma queda significativa da mão de obra qualificada”, explica o “FAZ”.

Na Alemanha, nascem anualmente 8,2 crianças por cada mil habitantes. Estes dados situam-se mesmo abaixo da taxa do Japão, de 8,4 por mil. Outros países europeus economicamente fortes “têm taxas de natalidade consideravelmente mais altas. A França e o Reino Unido têm uma média de 12,7 por mil”.

Consequentemente, a percentagem de pessoas em idade de trabalhar – entre 20 e 65 anos – na Alemanha, vai baixar dos atuais 61 % para 54 % em 2030. “Em nenhum outro país industrializado se agravou tanto esta tendência, apesar da afluência de trabalhadores imigrantes jovens”, explica Henning Vöpel, diretor do HWWI. Segundo reflete o estudo deste Instituto, dentro de quinze anos faltarão na Alemanha entre 5,8 e 7,7 milhões de pessoas em idade de trabalhar.

Por outro lado, a BCG prognostica que o decréscimo da natalidade alemã será cada vez maior. Esta consultora “prevê uma perda de produção económica de até 550 milhões de euros em 2030”. Os efeitos não se ficarão apenas pela Alemanha: “Todos os países europeus serão afetados”, defende Rainer Strack, sócio da BCG.

A título de síntese, o diário alemão salienta que “da evolução da Alemanha há desvantagens e consequências para a localização das empresas. A Alemanha torna-se menos

atractiva e menos rentável”. Conclusão: “A nossa prosperidade está em jogo”.

(Fonte: “Frankfurter Allgemeine Zeitung”)

Uma gafe da “Science”

Em dezembro de 2014, a revista científica “Science”, considerada uma das mais prestigiadas do setor, publicou uma [investigação](#) onde se concluía que uma breve conversa (20 minutos) com um ativista *gay* era muito eficaz para mudar a opinião de pessoas oponentes do casamento homossexual. O estudo confirmava que era possível eliminar os preconceitos contra o casamento *gay* através do contacto pessoal.

A investigação havia sido encomendada pelo Centro LGTB de Los Angeles (Califórnia). O autor principal do estudo era Michael LaCour, um estudante de pós-graduação da Universidade da Califórnia em Los Angeles (UCLA). O autor sénior (um académico reputado que de algum modo participou no estudo e que lhe prestou o seu aval) era Donald P. Green, professor de Politologia na Universidade de Colúmbia.

O estudo, publicado numa revista prestigiada como a “Science”, podia ter-se convertido num desses artigos que são citados como referência. Mas dois investigadores, Joshua Kalla e David Broockman, alertaram para as irregularidades na metodologia, ao tentarem replicar a experiência original noutro contexto e obterem resultados completamente díspares. Conforme contam estes dois investigadores num pormenorizado [relatório](#), contactaram a empresa de inquéritos que supostamente havia levado a cabo a experiência. Aí disseram-lhes que não conheciam tal investigação, e que nunca tinham tido no seu quadro o trabalhador citado no estudo como colaborador de LaCour. Nessa altura começaram a aprofundar e acabaram por detetar até oito procedimentos ou resultados suspeitos.

Green, o autor sénior, depois de rever por si próprio os dados, decidiu escrever à “Science” a pedir a retirada do artigo. Mas

não apenas ele se teve de retratar: o “The New York Times”, um dos jornais que havia [feito eco](#) do estudo – “o mais rigoroso até à data sobre o tema” – publicou uma nota do editor e uma [notícia](#) a contar todo o caso. Também a revista “Science”, publicou a seguir uma [nota](#) sobre a “discutida validade” do estudo.

Mais chocante é que o Centro LGTB de Los Angeles, a associação que encomendou o estudo, não tenha dito nada sobre a aparente fraude na sua página *web*. Se como diz um dos seus dirigentes ao “The New York Times”, a notícia os apanhou “como um murro no estômago”, podiam pelo menos tê-la dado a conhecer aos seus simpatizantes, como prova de honestidade e de que realmente confiam em que a ciência venha a acabar por demonstrar as suas teses.

Para lá das atitudes dos envolvidos, é de perguntar o que teria acontecido se as conclusões do estudo tivessem ido na direção oposta; se, por exemplo, tivessem sugerido que as convicções dos que se opõem ao casamento gay são mais sólidas do que se pensava; ou se os que mudavam de opinião tivessem sido os ativistas. Muito provavelmente, os guardiões do politicamente correto teriam analisado rigorosamente a metodologia e a base de dados na busca de erros. Já aconteceu algo de parecido quando Mark Regnerus, investigador da Universidade do Texas, em Austin, publicou um estudo sobre a maior frequência de problemas emocionais e sociais em filhos criados por uniões do mesmo sexo. O furor científico foi tal que outros académicos o qualificaram como uma autêntica [caça às bruxas](#).

Um passo em frente na escolha de escola em Itália

Apesar da forte oposição dos principais sindicatos de professores, a reforma educativa Renzi-Giannini entrou em vigor a 16 de julho de 2015.

A [nova lei](#) introduz um sistema para avaliar diretores e professores, até aí bloqueado por uma série de vetos ideológicos que vinham a paralisar desde há algum tempo o sistema público de educação. Outra novidade importante refere-se à autonomia das escolas, as quais dota com a necessária flexibilidade para definição das opções expressas no Plano de Oferta Educativa de cada uma.

Uma das normas mais controversas permite aos diretores dos centros, desde o ano letivo de 2016-2017, a escolha de professores entre os habilitados no seu âmbito territorial. É uma grande inovação: os diretores, que serão objeto a partir desta lei de uma avaliação por um organismo especial, terão mais poder e mais responsabilidade na gestão das suas escolas.

Além disso, em setembro último começou um plano extraordinário de contratação de professores permanentes. Será um forte impulso para resolver o grave problema dos professores provisórios da escola pública, que provoca uma forte rotação de pessoal docente. O plano de contratação abrangerá em dois anos um pouco mais de cem mil professores, enquanto outros 60 000 terão de esperar pelo concurso seguinte.

Recebeu elogios a criação de um cartão eletrónico, com um crédito de 500 euros anuais, que os professores da escola pública poderão investir na sua formação.

Pelo contrário, não foi incluído o esperado aumento salarial dos professores em função do mérito em vez de apenas por antiguidade; mas está previsto um pequeno fundo (200 milhões de euros anuais) para remunerar méritos. A partir de 2016, os recursos, repartidos territorialmente, são atribuídos pelos diretores dos centros escolares com base em critérios assinalados pelo Comité para a avaliação dos docentes.

Uma declaração conjunta das associações CdO Opere Educative, DIESSE, DiSAL e Il Rischio Educativo, destaca a “grande inovação que pressupõe a possibilidade de deduzir fiscalmente os gastos no ensino efetuados pelas famílias, mesmo nas escolas paritárias”: aquelas que, juntamente com as estatais, integram o sistema público de ensino em Itália. Por último, dizem, é reconhecido “o princípio de que o gasto em educação é um investimento dos lares para o futuro do país”.

A dedução, 19 % de até 400 euros por aluno e ano, significa uma poupança tendo como máximo 76 euros por filho no pagamento do imposto. Essa verba, salientam as associações, “de momento é pouco mais do que simbólica, mas se for aumentada posteriormente, pode ser especialmente significativa para assegurar a liberdade de escolha das famílias”. A Associazione Genitori Scuole Cattoliche (Agesc) estima que se deveria elevar o limite para 4000 euros.

Entre outras isenções fiscais, criticadas por grupos da oposição – Movimento 5 Stelle e outros partidos de esquerda como o Sinistra Ecologia Liberta – e por um setor minoritário do Partido Democrata – o partido do primeiro-ministro Matteo Renzi –, o texto prevê uma dedução de 65 % em 2015 e 2016, e de 50 % em 2017, para donativos em dinheiro, até um máximo de 100 000 euros anuais, destinados à construção de novas escolas, ou à manutenção e melhoria das já existentes. O receio dos críticos é que a escola pública possa terminar em mãos privadas; mas, como replica Antonio Palmieri, deputado de Forza Italia (partido da oposição, mas apoiante deste ponto da lei), “utilizam a palavra ‘privado’ com desprezo: o que chamam privados, nós chamamos simplesmente cidadãos, membros da comunidade”, e graças às suas doações, “a escola pública converte-se numa escola da comunidade”.

S. F.

“Una breve historia de los árabes”

“A Concise History of the Arabs”

Autor: John McHugo Turner. Madrid (2015).

372 págs.

Tradução (castelhano) José Adrián Vitier.

Resumir em 360 páginas a história dos árabes, com a intenção de não deixar nada de importante no tinteiro, é a tarefa que se impôs o arabista londrino John McHugo, que já se fez notar pela sua capacidade de síntese noutra obra recente dedicada às guerras que ensanguentaram a Grande Síria ao longo dos séculos até aos nossos dias. O resultado do seu trabalho, apoiado em Espanha pela Casa Árabe e que durou anos, é este livro, cujo fio condutor não foi outro a não ser oferecer suficientes argumentos e pistas para entender o que se passou, o que se passa e, possivelmente, o que se passará num futuro mais ou menos próximo, neste complexo mundo que hoje suscita mais perplexidades do que razões ao chamado “mundo ocidental”.

McHugo explica os principais marcos históricos do Islão, a começar pela sua irrupção e pelas dissensões após a morte do profeta. A história leva-nos pela mão das diversas batalhas, conquistas, cruzadas, confrontos internos, conversões em massa, etc. Explica as chaves e os momentos que determinam a evolução do Islão, assim como, na última parte, o aparecimento dos autocratas e, sobretudo, do Islamismo e do jihadismo. No final do livro, descreve a génese e desenvolvimento da chamada “Primavera Árabe”.

É curioso saber que, embora os primeiros jihadistas tenham surgido na Índia – os *deobandis* – para lutar contra os ocupantes britânicos e no Afeganistão, o conceito da *jihad* como “guerra santa” começou a ganhar corpo ao divulgarem-se entre a população egípcia os primeiros livros escritos em árabe, levados pelos britânicos, sobre a história das Cruzadas. Segundo aponta o autor, até então – falamos de meados do século XIX – os árabes tinham ignorado esta parte do seu passado, mas ao recuperarem a sua “memória histórica”, com os horrores, muitas vezes exagerados, que ensanguentaram a Terra Santa, começaram a comparar *jihad* com *cruzada*, termo que agora é utilizado como pretexto para legitimar o terrorismo do Estado Islâmico.

A *jihad*, como bem se sabe, é definida substancialmente no Alcorão como “luta interior”, eminentemente espiritual, embora derive para a guerra quando se trata de defender o Islão contra os seus agressores interiores e exteriores, que leva consigo a guerra contra o laicismo, a apostasia, os costumes ocidentais (raiz do grupo terrorista nigeriano *Boko Haram*), etc.

Nos capítulos finais, o autor interroga-se, sobretudo à luz da nova Constituição tunisina que abriu espaços até agora desconhecidos aos direitos humanos, se estará a construir-se

um andai-me islâmico para promover valores essencialmente ocidentais como a democracia, a liberdade e os direitos da mulher. Segundo o autor, não há nenhuma razão intrínseca para que um Estado árabe não possa desenvolver uma democracia plena.

Em todo o caso, John McHugo está convencido de que o cisma entre sunitas e xiitas, não entre muçulmanos e cristãos, parece ser a fissura sectária mais explosiva nas sociedades árabes de hoje. A dimensão política que está criando raízes nas sociedades árabes é o constitucionalismo, o que significa que os parlamentos devem garantir a liberdade de expressão, embora vá levar tempo banir a cultura imperante de clientelismo cultivado pelos autocratas. O autor chega à conclusão de que os árabes no seu conjunto, a partir da chamada “Primavera” que varreu os ditadores em 2011, se encaminham para um processo similar ao que seguiu a Revolução Francesa. “E só agora começou”, são as suas últimas palavras.

M. C.

